



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE GEOGRAFIA

DANIELA FEYH WAGNER

ENTENDENDO A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE:
O CASO DE ITÁ

CHAPECÓ

2018

DANIELA FEYH WAGNER

**ENTENDENDO A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE:
O CASO DE ITÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do
grau de Licenciada em Geografia da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Igor Catalão

CHAPECÓ

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Wagner, Daniela Feyh
Entendendo a Reestruturação da cidade: O caso de
Itá/ Daniela Feyh Wagner. -- 2018.
56 f.

Orientador: Igor Catalão.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Geografia , Chapecó, SC, 2018.

1. Reestruturação da cidade. 2. Energia Hidrelétrica.
3. Itá. I. Catalão, Igor, orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DANIELA FEYH WAGNER

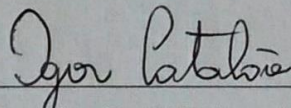
**ENTENDENDO A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE:
O CASO DE ITÁ**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

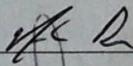
Orientador: Prof. Dr. Igor Catalão

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:
25/01/2018

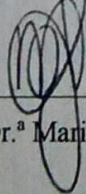
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Igor Catalão (UFFS) – orientador



Prof. Dr. Marlon Brandt (UFFS)



Prof.^a Dr.^a Maria Angélica Magrini (UFU)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, aos meus pais Albino e Ilaine, pela vida e pelos exemplos de humildade e perseverança diante das dificuldades.

À minha irmã, Tatiana, pelo amor, incentivo, palavras de apoio e por mostrar que posso e devo sonhar o mais alto que puder e por mostrar que sou capaz de conseguir realizar o que almejo.

Ao meu professor, orientador e também amigo, Igor Catalão, por me ajudar tanto neste período de escrita do TCC, nos ensinamentos, orientações, trabalho de campo, empréstimo de livros, pelo acolhimento em um dos momentos mais conturbados de minha vida. Serei infinitamente grata por tudo o que fez por mim.

Ao meu amigo, Igor da Silva Knierin, que, apesar da distância física, sempre esteve ao meu lado, compartilhando alegrias, algumas angústias, escutando desabafos.

À minha amiga e colega Andressa Krieser Bauermann, que eu soube desde o primeiro dia de aula que seria uma grande companheira nesta caminhada, o que com o passar dos semestres só foi se confirmando. Obrigada por esses anos de amizade geográfica, que foram de muito aprendizado.

Aos demais amigos, Lucas, Verenice, Bruna, Jessica, Joice, João, Eliezer e tantos outros, que estiveram ao meu lado em momentos de alegria, aflições, de muitas dúvidas, mas que sempre me escutaram, aconselhando a seguir em frente e nunca desistir.

A todos os demais professores do curso de Geografia e também à Universidade Federal da Fronteira Sul, por possibilitarem essa incrível e grandiosa experiência de estudar em uma instituição de ensino pública, gratuita e de qualidade.

À prefeitura municipal de Itá, pelas informações prestadas, além das demais pessoas que cederam entrevistas e não mediram esforços para fornecer dados, estes que foram fundamentais para a realização da pesquisa.

À toda minha família, por ser tão incrível e sempre ter esta alegria de viver. Vocês são o motivo do meu orgulho e farei sempre o possível para orgulhar vocês.

E por último, e não menos importante, ao meu gato Thor, por sempre estar comigo, e nos momentos de angústia e cansaço deitar em meu colo e com toda a sua ternura e pelos, mostrar que vale a pena continuar. Meu pequeno grande amor, muito obrigada.

O desenvolvimento capitalista precisa negociar uma margem estreitíssima entre a preservação dos valores dos compromissos passados, assumidos num lugar e num tempo específico, ou sua desvalorização, a fim de abrir um novo espaço para a acumulação. O capitalismo luta, perpetuamente, portanto, por criar uma paisagem social e física à sua própria imagem, e indispensável para suas necessidades em determinado ponto do tempo, simplesmente para, com igual certeza, minar, desintegrar e até destruir essa paisagem, num ponto posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo expressam-se através da formação e re-formação inquietas das paisagens geográficas. É de acordo com essa música que a geografia histórica do capitalismo deve dançar, ininterruptamente.

David Harvey (1985, p. 150)

RESUMO

O período histórico no qual vivemos é marcado pela dependência das fontes energéticas, sendo que a geração de energia se torna indispensável ao funcionamento da sociedade, especialmente em devir urbano. Assim, observa-se que no Brasil, por meio do processo de modernização do território, reflexo das mudanças que estavam ocorrendo em todo o mundo, optou-se pela instalação de usinas hidrelétricas para alimentar o desenvolvimento urbano-industrial do país. Com o processo de industrialização do campo, aumento da população vivendo nas cidades, criação de indústrias, a demanda por energia torna-se cada vez maior. A cidade de Itá, analisada por meio deste estudo, localizada da porção oeste do estado de Santa Catarina, insere-se neste contexto, em virtude de o Rio Uruguai correr em seu território, tendo este grande potencial para gerar energia. Desta maneira, por meio de revisão bibliográfica, visitas a museus e bibliotecas e trabalhos de campo na área urbana, observou-se como o encadeamento de fatos de ordem nacional afetaram a escala regional até atingir a escala local, resultando em um processo de reestruturação da cidade de Itá. Deste modo, organizou-se esta pesquisa de forma a compreender de que maneira ocorreu a modernização do território brasileiro, enfocando o estado de Santa Catarina, mais especificamente a região Oeste, onde se encontra Itá; conhecer como se deu o processo de instalação da usina hidrelétrica; entender o conceito de reestruturação e como este pode ser usado para apreender as mudanças na estrutura da cidade e as novas atividades que Itá passou a desempenhar após a hidrelétrica ser instalada.

Palavras-chave: Modernização do território. Energia hidrelétrica. Reestruturação da cidade. Cidades pequenas. Itá.

ABSTRACT

The historical period in which we live is marked for dependency of energy sources, being that the power generation becomes indispensable for functioning of the society, especially in its urban development. Therefore, we verify that in Brazil through of process of modernising the territory, reflex of changes that were occurring in world, the option was install hydroelectric power plants for foment the urban industrial development of the country. With the process of industrialization of countryside, the increased population living in the city, creation of industries, the demand for energy increases. The city of Itá, analysed in this study, in the West of the state of the Santa Catarina is inserted in this context, because the Uruguay River runs in its territory, with big potential for energy generation. Therefore, through of bibliographical review, museums and libraries visits and fieldwork in urban area, it was verified that national facts affected the regional scale until it reaches the local scale, that resulted in a process of restructuring of the city of Itá. That way, this research was organized to understand in what way occurred the modernization of the Brazilian territory, with focus in the state of Santa Catarina, especially the Western region, where Itá is located; analyze the form of installation of hydroelectric power plant; understand the restructuring concept and how it can be used for apprehend the changes in this structure of the city and the new activity that Itá started to execute after installation of hydroelectric power plant.

Keywords: Modernization of territory. Hydroelectric power. Restructuring of the City. Small cities. Itá city.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da antiga e nova sede de Itá e da UHE.....	11
Figura 2 - Mapa do esquema de aproveitamento proposto pela Enersul.....	21
Figura 3 - UHE Itá em fase de construção.....	25
Figura 4 - Usina Hidrelétrica Itá em funcionamento.....	26
Figura 5 - Novo sítio urbano de Itá.....	35
Figura 6 - A “velha Itá”	35
Figura 7 - O plano urbano da nova Itá.....	34
Figura 8 - Reassentamentos rurais de famílias oriundas de Itá.....	35
Figura 9 - Notícias sobre o processo de mudança da cidade.....	37
Figura 10 - Bairro Palmeira, Itá.....	42
Figura 11 - Itá Thermas Resort e Spa.....	43
Figura 12 - Projeto do Resort Termas Marina Itá, que está em construção.....	45
Figura 13 - Novo loteamento com vista para o lago da UHE Itá.....	45
Figura 14 – Torres da Igreja Matriz São Pedro.....	46

LISTA DE AVREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAI	Complexo Agroindustrial
CEE	Comissão de Energia Elétrica
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CONAMBRA Limited	Consórcio Canadense/Americano/Brasileiro Engineering Consultants
CRAB	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A
ELETROSUL	Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PPH	Companhia Industrial de Polipropileno
UHE	Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 MODERNIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM SANTA CATARINA.....	14
1.1 O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA.....	18
1.2 A CONSTRUÇÃO DA UHE DE ITÁ.....	21
2 REESTRUTURAÇÃO.....	27
2.1 A REESTRUTURAÇÃO ATRELADA AO ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES..	31
2.2 A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ITÁ.....	32
2.3 A RELOCAÇÃO DA CIDADE DE ITÁ.....	34
2.4 MANUTENÇÃO DE ANTIGAS LÓGICAS.....	39
2.5 O ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DO TURSMO.....	42
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	48
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO.....	50

INTRODUÇÃO

De acordo com Milton Santos (2009, p. 37), “a fase atual¹, [...] é momento no qual se constitui, sobre os territórios cada vez mais vastos, o que estamos chamando de meio técnico-científico”, sendo que este período é marcado pela construção ou reconstrução do espaço, e a presença de objetos técnicos no espaço (usinas hidrelétricas, por exemplo) é também uma das marcas deste tempo.

Além do mais, há acentuada especialização de tarefas no território, devido à divisão internacional do trabalho (SANTOS, 2009), e devido a interesses do poder hegemônico, muitas cidades tornam-se especializadas em determinada atividade econômica, voltadas a um mercado de grande escala, o que amplia o processo de mundialização da economia (ENDLICH, 2006).

Desta forma,

O crescimento populacional, a necessidade de moradia e a exigência do mercado cada vez mais globalizado (...), aumentam a demanda e, por conseguinte, o consumo de mercadorias – bens duráveis e não duráveis – de serviços especializados, de atividades lúdicas e recreativas têm acelerado e intensificado as transformações sócio-espaciais, [levando] a exaustão e degradação ambiental. (...) A paisagem é transmutada permanentemente, tanto na forma como no seu conteúdo, pois o [ser humano] a modifica, primeiro pela erradicação dos elementos primários – primeiros, primitivos – e segundo, pela inserção de objetos e signos alheios ao lugar: edificações, estradas e moradias, empreendimentos industriais e institucionais, equipamentos turísticos e de lazer nas cidades, que constituem uma paisagem específica, a paisagem cultural, antrópica (Silva, 2007, p. 35).

As mudanças observadas no cotidiano das cidades, das zonas rurais, são expressões locais de processos que ocorrem em escala mundial, que devido aos ditames da globalização, transformações acontecem o tempo todo, tanto aquelas observadas mais facilmente, como a alteração do espaço com a instalação de objetos técnicos, crescimento de cidades, abertura de novas áreas de lavoura, como aquelas mais subjetivas, a exemplo da alteração de alguns papéis que certas áreas do território desempenhavam.

Dentro deste contexto, insere-se o objetivo desta pesquisa: analisar as relações entre a modernização do território e a reestruturação da cidade, tendo como foco Itá, no esforço de compreender quais mudanças foram ocorrendo na cidade após a instalação da Usina

¹ Destacamos que por período atual entende-se o período compreendido a partir da revolução tecnológica prologando-se até o tempo presente. Trata-se de período marcado por reestruturações e pelo desenvolvimento do que o autor trata por Meio Técnico-Científico-Informacional.

Hidrelétrica, levando em consideração o período que se estende de 1965, quando os primeiros estudos sobre a viabilidade do empreendimento foram realizados, até a presente data, 2018.

O município de Itá está localizado no Oeste de Santa Catarina, na microrregião do Alto Uruguai Catarinense, caracterizado como microrregião de Concórdia, possuindo 6.426 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Ao Sul do município, passa o rio Uruguai, que é o limite estabelecido entre os estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sendo que ao Sul Itá faz também limite com o município de Aratiba – RS; ao Norte, faz limite com o município de Seara – SC; ao Leste limita-se com os municípios de Arabutã e Concórdia – SC; e a Oeste com o município de Paial – SC (PALMA E DAL’LAGO, 2013).

Figura 1: Localização da antiga e nova sede de Itá e da UHE



Fonte: Imagem cedida pela prefeitura municipal de Itá (2006). In: Souza (2009, p. 13).

Há vários autores que realizaram estudos acerca da cidade de Itá, abordando os mais diversos aspectos, como PEIXER (1993), HALL (2004), ESPÍNDOLA (2009), AMARAL (2010), KÖLLN; DA SILVA (2010), QUADROS (2016), dentre outros. Apesar de haver muitos trabalhos sobre Itá, nenhum deles trata do processo de reestruturação da nova sede municipal, sendo que por meio desta pesquisa se pretende preencher um pouco esta lacuna, contribuindo para a compreensão das transformações na cidade sob o ponto de vista espacial.

Sobre a metodologia desta pesquisa, destaca-se o emprego da abordagem qualitativa, visando estudar a realidade do local e também os grupos sociais que o compõem, tentando

entender, descrever e quiçá explicar os fenômenos socioespaciais, das mais diversas maneiras (FLICK, 2009).

Assim, Flick (2009, p. 16) assinala que:

A pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão de estudo (Flick, 2009, p. 16).

Desta forma, foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da temática, além das leituras, estudando o que já foi escrito sobre a cidade de Itá, como também sobre a reestruturação urbana e reestruturação da cidade. Este material incluiu artigos, teses, dissertações, livros, capítulos de livros, planos diretores, que em sua maioria estão disponíveis *online*. Ainda, foi feito um levantamento de documentos, incluindo jornais do acervo do CEOM (Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina) e da Biblioteca Municipal de Chapecó, que traziam notícias sobre a construção da obra da UHE Itá.

Além disso, realizou-se um trabalho de campo na cidade, que se iniciou na prefeitura, em que foram fornecidos dados sobre o município, plano diretor, como também sobre a UHE Itá. Após, com o acompanhamento do secretário de obras do município, foi realizada uma visita guiada por alguns pontos da cidade, passando pela parte central, alguns bairros e por fim, contornando parte do lago da usina. Por meio do trabalho de campo, verificou-se *in loco* muitas das constatações encontradas na bibliografia.

Sobre a estruturação, este trabalho está dividido em 3 capítulos, que seguem após esta introdução. O primeiro capítulo, intitulado “Modernização/industrialização do Brasil e seus reflexos em Santa Catarina”, é subdividido em 2 tópicos, “O setor de energia elétrica em Santa Catarina” e “A construção da UHE de Itá”. Neste primeiro capítulo, discute-se de que maneira o território brasileiro passou pelo processo de industrialização/urbanização, enfocando o estado de Santa Catarina, além de como se estruturou o setor elétrico, que justifica a finalidade da instalação da UHE Itá.

O segundo capítulo é intitulado “O conceito de reestruturação” e possui 1 subtítulo: “A reestruturação atrelada ao estudo das pequenas cidades”. Neste capítulo, discute-se o conceito de reestruturação, trazendo alguns autores que escrevem sobre esta temática, buscando

aprofundar as análises sobre o mesmo no estudo das pequenas cidades, entre as quais se insere Itá.

Já o terceiro e último capítulo, sob o título “A reestruturação da cidade de Itá”, subdivide-se em 3 tópicos: “A relocação da cidade de Itá”, “Manutenção de antigas lógicas” e “A estruturação do setor do turismo”, e analisa a cidade de Itá por meio do conceito de reestruturação, num esforço de entender como ocorreu a transposição da cidade, bem como dos motivos pelos quais algumas lógicas se mantiveram (localização privilegiada de casas de moradores, por exemplo). Por fim, analisa-se como se estruturou o setor de turismo, resposta mais proeminente da reestruturação pela qual passou a cidade.

Ao final do trabalho, apresentam-se as considerações finais, na tentativa de sintetizar as discussões realizadas no decorrer deste trabalho, como também das referências bibliográficas, fontes das informações aqui presentes, mas também sinalizando alguma abertura para estudos futuros.

1 MODERNIZAÇÃO/INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS REFLEXOS EM SANTA CATARINA

Os primeiros passos para a industrialização do Brasil deram-se em 1930, sendo que os investimentos pesados neste setor foram feitos nas décadas seguintes. A industrialização veio seguida da intensificação da urbanização, e ambas se responsabilizaram por modernizar a agricultura. Por meio destes subsídios do Estado, a agricultura acabou se tornando um ramo da indústria (GOULARTI FILHO, 2007).

Inúmeros autores corroboram com a ideia de que a modernização do território brasileiro ocorreu de forma conservadora, mantendo algumas das lógicas já estabelecidas desde a formação do país (STEDILE, 2005, GOULARTI FILHO, 2007). Assim, os grandes proprietários de terra mantiveram suas posses, em alguns casos até aumentando-as, contribuindo para um alto grau de concentração fundiária, lógica herdada do período colonial. Ainda, houve a ascensão de uma burguesia industrial (detentora de poder político), que se aliou às oligarquias rurais, pois tal burguesia teve sua origem nas oligarquias produtoras de café e açúcar como também devido à dependência de tecnologia externa, como insumos e máquinas, que só poderia ser financiado com as exportações agrícolas (STEDILE, 2005), “fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (STEDILE, 2005, p. 11).

Desta forma,

Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas (STEDILE, 2005, p. 11).

Teixeira (2005) apoia as ideias de Stedile (2005), reforçando que esta modernização tendeu a fortalecer determinadas camadas da sociedade, aquelas que desde a formação do Estado brasileiro estiveram no poder. Desta forma, industrializou-se a agricultura, aliando-a ao desenvolvimento econômico do Brasil, sendo que o planejamento que estava direcionado ao espaço rural determinava os rumos do que era produzido, para viabilizar os Complexos Agroindustriais (CAIs) que estavam se constituindo (BELIK, 1998; TEIXEIRA, 2005).

Os Complexos Agroindustriais, por sua vez, são resultado da fusão entre capital industrial, bancário e agrário, determinando a dinâmica do campo brasileiro, que se constituíram e se consolidaram por volta de 1970 (GOULARTI FILHO, 2007). Entretanto, esta

modernização trouxe em seu bojo “a expulsão, a exclusão social, a proletarização e a subordinação da pequena propriedade ao grande capital” (Goularti Filho, 2007, p. 279), reafirmando a modernização conservadora que estava em curso.

Santa Catarina engajou-se também neste projeto de industrialização nacional, dentre outros ramos, na indústria alimentar, associada ao setor agroindustrial, com destaque ao Complexo Agroindustrial de carne, que recebeu do governo subsídios e financiamentos, o que resultou em seu desenvolvimento e expansão de suas atividades (GOULARTI FILHO, 2010).

Os grandes beneficiários de crédito, subsídios, amparo tecnológico e suporte técnico que o Estado oferecia foram as empresas que já estavam consolidadas, tendo exemplos como as empresas frigoríficas Sadia, Perdigão e Ceval. O sucesso dos empresários que comandavam tais empresas não pode ser explicado por seus espíritos empreendedores voltados ao trabalho, mas devido aos benefícios que obtiveram dentro da política agrícola nacional (GOULARTI FILHO, 2007).

Acompanhando o grande crescimento das agroindústrias, cresceu também o cultivo e processamento de milho e soja, bem como a produção de rações para alimentar os animais que iriam para o abate. Os CAIs obtiveram seu êxito devido ao subordinamento da pequena propriedade ao capital agroindustrial, com o sistema de integração, que aumentou o grau de dominação exercida sob os pequenos proprietários de terra (GOULARTI FILHO, 2007). Assim, o sistema de integração pode ser explicado da seguinte maneira:

A empresa faz um contrato com o agricultor e fornece leitões e pintinhos, dá assistência técnica e revende a ração necessária para o rápido crescimento dos animais, ficando a cargo do integrado entregar num período determinado. O agricultor fica engessado, obrigando-se a atender às rígidas regras impostas pelo grande capital (Goularti Filho, 2007, p. 288)

Desta forma, a relação de dependência entre agricultura e indústria a partir da década de 1970 aumenta, sendo que “as agroindústrias cresceram como processadoras de produtos provenientes da agropecuária e se modernizaram, tornando-se mais exigentes” (Teixeira, 2005, p. 31).

Ademais,

O resultado deste formato de política agrícola permitiu a constituição, desenvolvimento e fortalecimento de alguns importantes CAIs da economia brasileira. Não se trata apenas da organização de convenções entre os agentes através de um sistema de contratos (explícitos ou implícitos), mas sim de um completo sistema de regulação mesoeconômico ou setorial (BELIK, 1998, p. 12).

A associação entre as atividades agropecuárias e as atividades industriais como também com o comércio de produtos agrários e agroindustriais formou uma relação de interdependência (FAJARDO, 2008). Assim, forma-se um “tripé” entre indústria para a agricultura, atividades agrícolas modernas e agroindústrias processadoras. Como exemplo são citados os casos dos complexos: avícola, de açúcar e álcool, carnes e soja” (FAJARDO, 2008, p. 34).

Em Santa Catarina, mais especificamente na região oeste, temos destaque para o Complexo Agroindustrial de carnes, tanto de suínos como de aves. Esta produção é voltada a abastecer tanto o mercado interno quanto externo. Milton Santos (2000) fala de uma “agricultura científica globalizada”, pois agora:

A produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva a um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica (SANTOS, 2000, p. 43)

Assim, pode-se perceber que há também demanda de bens científicos, tais como sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos, as matrizes (no caso da suinocultura), além da assistência técnica (SANTOS, 2000). As grandes empresas que estão inseridas dentro destes Complexos Agroindustriais ditam agora como a produção que é feita no campo deve ser organizada. Como uma boa parte do que é produzido é exportado, as empresas repassam as exigências deste mercado consumidor aos produtores.

Milton Santos (2000) escreve que por meio da lógica da “agricultura científica globalizada”, criam-se situações de alienação, pois são impostas exigências sobre o que é produzido, onde é produzido, de que maneira é produzido, em quanto tempo é produzido; sendo que isto afeta diretamente a economia da região, no que diz respeito ao comércio, indústria, transportes, serviços, além do comportamento político e administrativo. Dessa forma, “esse processo de adaptação das regiões agrícolas modernas se dá com grande rapidez, impondo-lhes, num pequeno espaço de tempo, sistemas de vida cuja relação com o meio é reflexa, enquanto as determinações fundamentais vêm de fora” (SANTOS, 2000, p. 45).

O processo de modernização e diversificação das atividades econômicas estava, na segunda metade do século XX, se intensificando cada vez mais em Santa Catarina, sendo que, a exemplo do oeste catarinense, que estava se especializando da produção e processamento de alimentos, as outras regiões do estado também estavam expandindo suas bases produtivas (indústrias metal-mecânicas, setor têxtil, carbonífero, madeireiro), mas havia alguns entraves para este desenvolvimento, dentre eles as deficiências estruturais, que incluíam a falta de uma rede elétrica consolidada (GOULARTI FILHO, 2007) que atendesse às demandas que estavam se estabilizando.

Sob esta mesma ótica, Oliven (2010, p. 66-7), complementando as ideias já expostas anteriormente, escreve que

A transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais “urbana” ocorre através de vários processos. O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho. O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um conseqüente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural. O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com conseqüências fatais para as últimas. Finalmente, o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa.

Desta forma, nota-se que a modernização, reflexo do processo de urbanização, transformou tanto o campo quanto as cidades, sendo estas últimas as determinantes dos acontecimentos que transcorriam no campo brasileiro. Ainda, devido às sedes das empresas estarem localizadas nas cidades, estas reforçaram ainda mais seu papel como os centros de tomadas de decisões.

De acordo com Castilho, (2010, p. 136),

Todo período emblemático do ponto de vista das transformações que marcam o processo de modernização tem conseqüências sociais drásticas. Mas o preço que se paga por essas conseqüências é ocultado por meio dos discursos hegemônicos, processo do qual a ciência também não se isenta. Como processo contínuo de afirmação do “novo”, mas também de sua negação/superação, a modernização coloca os pontos por onde ela se espacializa para além das fronteiras e dos limites político-administrativos. O território passa a ser configurado pelas redes e movido pelo

cruzamento de variáveis internas sob hegemonia das variáveis externas. Na medida em que os elementos da mundialização penetram os lugares, os seus conteúdos são alterados e (re)funcionalizados.

1.1 O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA EM SANTA CATARINA

Entre os anos de 1940 e 1950, a falta de energia elétrica era constante em todo o país (assim também como acontecia em Santa Catarina), sendo um sistema fragmentado, com uma série de pequenas empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia que alimentava uma série de municípios (GOULARTI FILHO, 2007).

Com o crescimento das indústrias e também da população das cidades, novos investimentos tornaram-se necessários, o que, para as empresas que geriam o setor energético, era algo impensável, devido à falta de recursos para investir na ampliação da rede. Além disso, a falta de uma rede de energia elétrica consistente trazia empecilhos para a expansão de indústrias já existentes e também para a instalação de novas (GOULARTI FILHO, 2007).

De acordo com Teodoro (2006, p. 57),

Enquanto a demanda por energia crescia em ritmo acelerado, resultado do processo de urbanização, da ampliação do consumo de bens duráveis e principalmente da expansão do parque industrial, a oferta não correspondia a esse crescimento.

Assim, devido à deficiência no setor de energia elétrica, o governo estadual, pressionado pela expansão industrial, fez maiores investimentos neste ramo, culminando com a criação da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.) em 1955 (GOULARTI FILHO, 2007), “destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica em Santa Catarina, operando diretamente ou através de subsidiárias ou empresas associadas” (TEODORO, 2006, p. 118).

Com o passar dos anos, a CELESC foi incorporando as empresas subsidiárias de geração de energia, tornando-se uma empresa cada vez maior, no que diz respeito à sua área de ação. Para viabilizar sua expansão, a empresa buscou investimentos externos, como financiamento do BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) para a aquisição dos materiais, como alumínio e cobre, necessários para a instalação de novas redes (TEODORO, 2006).

Por meio da Comissão de Energia Elétrica (CEE), em conjunto com a CELESC, fez-se um levantamento da rede elétrica do estado, buscando as deficiências e também para planejar os investimentos que deveriam ser feitos. Assim, o plano de ação foi dividido em 3 partes: o primeiro, fundamentado na construção de linhas de transmissão, recuperação e finalização de usinas para atendimento imediato das áreas mais afetadas com o déficit de energia; o segundo, apoiado na construção de novas centrais geradoras de energia e na construção das respectivas linhas de transmissão; o terceiro, chamado de Plano de Eletrificação Rural, visava a implantação de energia elétrica em vilas, distritos e municípios com poucos habitantes (CABALLERO, 2002).

Já nos anos finais da década de 1960, a CELESC, deixa de investir em geração de energia, configurando-se agora somente como empresa distribuidora. Em julho de 1973, é emitida a Lei nº. 5.899, que atribui à ELETROBRÁS (estatal responsável por gerir o setor energético em âmbito nacional) e a suas subsidiárias, dentre elas, a ELETROSUL, a atuação na promoção, construção e operação de usinas de eletricidade, as quais estariam também encarregadas da interligação nacional (CABALLERO, 2002).

Santa Catarina entra nos anos 1970 em clima de “milagre brasileiro”, sendo que a economia estava em plena expansão. Entretanto, em 1974, ocorre a primeira crise do petróleo, e a economia nacional em uma fase de desaceleração (CABALLERO, 2002).

Apesar da recessão mundial, o governo Geisel (1974-1979) optara por não interromper o processo de expansão econômica no país. Quanto à energia, pretendia-se desenvolver um programa que permitira conseguir a auto-suficiência energética, reduzindo a dependência da importação do petróleo (CABALLERO, 2002, p. 113).

Desta maneira, por meio do Programa Energético Nacional, a meta era elevar a capacidade geradora do país, por meio da instalação de grandes usinas geradoras de energia (CARVALHO, 2006), a exemplo de Itaipu e Tucuruí. Ademais, o projeto da UHE Itá seguia este plano, alimentando a rede elétrica nacional. O “milagre” consistia no fato de que, mesmo com a economia mundial em recessão, o governo brasileiro decidiu continuar com a expansão econômica, financiando as ações a serem feitas na economia. Desta forma, a escolha do governo federal resultou no endividamento externo (CABALLERO, 2002).

O processo de industrialização e de urbanização demandava por uma grande quantidade de energia, sendo que estes dois formavam os maiores grupos consumidores. Ademais, a interligação dos sistemas elétricos permitiu uma maior oferta de energia elétrica, outro fator que contribuiu para as taxas de crescimento do consumo de eletricidade (SCHAPPO, 2008).

O final dos anos 1970 e início da década 1980 são marcados pela ação de empresas do setor energético na realização de grandes obras hidrelétricas. Dentre elas, tem-se o exemplo da ELETROSUL, responsável pela produção de energia nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SCHAPPO, 2008). Desta forma, a ELETROSUL atuava de forma conjunta com outras estatais da região sul, dentre elas a CELESC (BORENSTEIN, 1996).

Com a continuidade da condição conjuntural mundial desfavorável no final dos anos 1980 e início da década de 1990 e o aumento da dívida externa brasileira, o desempenho econômico-financeiro da CELESC e de outras empresas do setor energético foi desfavorável, devido à carência de recursos para a realização de novos investimentos (MAY, 1999).

A perspectiva de mudanças na legislação do setor elétrico nacional deu-se no início da década de 1990 com a possibilidade de o capital privado participar do controle acionário das estatais (TEODORO, 2006), o que foi reforçado em 1995 com a aprovação da lei 8.987/95, “a denominada Lei de Concessões, abrindo espaços para a participação efetiva da iniciativa privada no setor de energia elétrica. Em 25/04/1995 é anunciada a privatização de todas as empresas controladas pela ELETROBRÁS” (BORENSTEIN, 1996, p. 89).

Dentro deste processo privatista, a Eletrosul sofreu um total rearranjo em 1997, que originou as Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) e a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul). Logo após, a Gerasul foi levada a leilão, sendo adquirida pelo grupo franco-belga Tractebel-Suez Electricity & Gás Internacional (ESPÍNDOLA, 2009)².

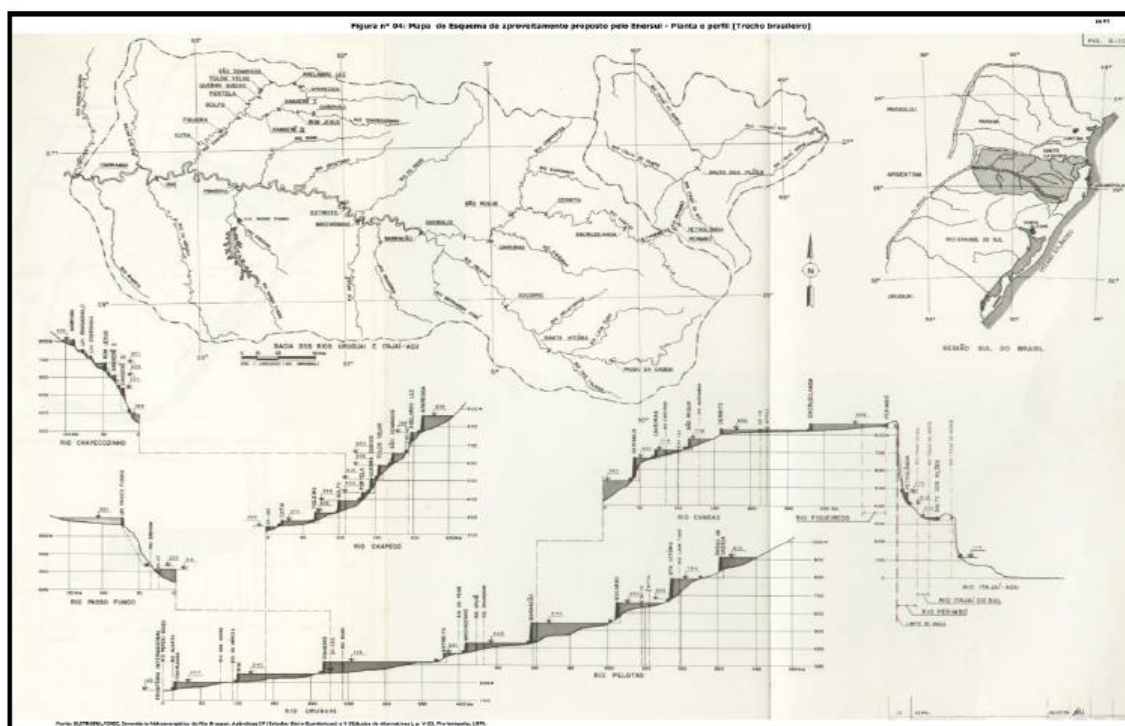
1.2 A CONSTRUÇÃO DA UHE DE ITÁ

² Para maior aprofundamento nesta temática, ver Fritzen (2014).

O processo de modernização do território, pela construção de usinas hidrelétricas para alimentar o desenvolvimento urbano-industrial do país, atingiu de modo um pouco mais tardio o oeste catarinense, região até a década de 1960 menos conectada à economia nacional e internacional e de população predominantemente rural. A instalação de usinas na região foi favorecida pela existência de rios em boa situação de exploração energética, especialmente o Uruguai e seus afluentes, sendo que entre os anos de 1965 e 1967 foi realizado um estudo do potencial hidroenergético pelo CONAMBRA (Consórcio Canadense/American/Brasileiro Engineering Consultants Limited) (ESPÍNDOLA, 2009).

No final da década de 1960, como corolário do mapeamento feito por esta empresa de consultoria canadense, foi projetada a construção de 25 hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, a maioria no alto curso do rio, a jusante da fronteira com a Argentina, ou em seus afluentes, como parte do planejamento estratégico de infra-estrutura para o desenvolvimento, realizado pelo regime militar que avalizava o consenso do bloco burguês nas décadas de 1960/70. O projeto tornou-se institucionalizado ao ser incluído no Plano Nacional de Energia Elétrica - 1987/2010 da Eletrobrás, logo passando a ser implementado pelos governos estaduais do Brasil meridional, através de suas concessionárias de geração de energia, centralizadas, na mesma época, na Eletrosul (Espíndola, 2009, p. 27).

Figura 2: Mapa do esquema de aproveitamento proposto pela Enersul



Fonte: Eletrosul/CNEC. Inventário Energético do Rio Uruguai. Relatório Geral, p. G-18, Florianópolis, 1979. In: Espíndola (2009, p. 28)

Como pode ser observado na figura 1, a Bacia do Rio Uruguai constitui-se como uma verdadeira “mina de energia”, haja vista que o aproveitamento deste potencial vai de encontro com as preocupações do governo brasileiro com o aumento do consumo de energia no país (ESPÍNDOLA, 2009). Assim, “os interesses internacionais das indústrias eletrointensivas parecem ter confluído, neste caso, com os interesses dos frigoríficos e agroindústrias da região” (Espíndola, 2009, p. 29).

É notório que a sociedade contemporânea apresenta uma grande subordinação em relação à utilização de energia elétrica, sendo que esta dependência pode ser comparada à necessidade do uso de combustíveis e metais (ESPÍNDOLA, 2009). Assim, a geração de energia torna-se indispensável para o funcionamento da sociedade, e para Espíndola (2009, p. 33) “é nos países periféricos, principalmente aos que apresentavam um bom potencial de geração de energia hidrelétrica” em que houve o processo de intensificação da construção de usinas geradoras de energia.

Espíndola (2009, p. 33) aponta ainda que

Foi dentro [...] [da] realidade histórica [que diz respeito ao período que se inicia durante a ditadura militar, posteriores privatizações, até chegar ao período atual] que se construiu a matriz energética brasileira a qual, após as pioneiras experiências durante o Império, manteve-se sempre baseada na construção de plantas hidroenergéticas.

Assim, um dos 25 pontos destacados no relatório do CONAMBRA evidencia Itá, município localizado no Oeste de Santa Catarina, como sendo um local propício para a instalação de uma usina geradora de energia. Desta forma, a UHE (Usina Hidrelétrica) de Itá foi construída no baixo Vale da Bacia do Rio Uruguai, no limite administrativo entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que os estudos sobre a instalação da mesma datam da década de 1960, e sua efetiva construção se inicia anos depois, em 1996. Para a construção da obra, o governo federal, por meio de decreto, autorizou a parceria entre estatais e iniciativa privada, dando o direito às empresas privadas de explorarem economicamente a energia gerada por esta UHE (ESPÍNDOLA, 2009).

No ano de 1997, no mês de dezembro, houve a cisão da Eletrosul. Desta forma, constitui-se a Gerasul (empresa responsável pela geração), enquanto a Eletrosul ficou responsável pelo setor de transmissão. Em setembro do ano seguinte, houve a privatização da Gerasul.

O grupo belga Tractebel adquiriu, por 801 milhões de dólares, 68,63% de sua estrutura acionária e passou a administrar 3 usinas hidrelétricas (...), entre elas, Itá. Disposto a investir pesado no Brasil, o Grupo Tractebel daria outro importante passo que alterou novamente a constituição acionária da Usina Hidrelétrica Itá. Detentor de 39% do capital, a parte que anteriormente à privatização era estatal, a Gerasul adquiriu a parte de um dos membros da Itasa, o consórcio que detinha até então os outros 61% da usina. A compra foi concluída em junho de 2000 e envolveu os 48,75% do capital votante e 25,8% do capital da Odebrecht Química. Desta forma, a Gerasul passou a controlar cerca de 70% do empreendimento, tendo assim direito à parcela equivalente da energia gerada (ITÁ, 2000, p. 133)

O empreendimento hidrogerador de energia localiza-se na curva do Rio Uruguai denominada Volta do Uvá, entre os municípios de Aratiba-RS e Itá-SC, sendo que de acordo com informações encontradas no Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá³, a cronologia da obra é a seguinte:

- 1966-1979: desenvolvem-se estudos para caracterizar os recursos hidroenergéticos da Bacia do Rio Uruguai. Revisam-se os estudos levando-se em conta não somente as condições do aproveitamento do rio, mas também dos aspectos socioeconômicos, culturais, físico territoriais e ambientais. A partir desses estudos é elaborado um inventário em que são apresentados os locais de aproveitamento, entre os quais Itá surge dentro das prioritárias devido às vantagens que apresenta quanto a seu porte em relação ao baixo custo de energia a ser gerada.
- 1979-1984: realizam-se os estudos de viabilidade, revistos após em 1984 e 1985, devido a estudos hidrológicos atualizados da bacia e se determina o local da barragem à montante do Rio Uvá, com o qual se perdeu parte da área de reservatório, mas poupou-se parte da população que seria atingida. Iniciaram-se as primeiras tentativas para a realocação da cidade de Itá.
- 1986-1987: o projeto básico é enviado e aprovado pelo Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica.
- 1989: o Brasil decreta moratória e o financiamento acordado com o Banco Mundial para a construção da usina é suspenso.
- 1993-1994: são publicados dois decretos federais autorizando a parceria entre estatais e iniciativa privada para a conclusão de hidrelétricas que estavam paralisadas, permitindo-lhes o direito de explorar economicamente a energia

³ Todas as informações foram retiradas de painéis expostos no Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá, localizada na cidade de Itá.

gerada. Em 10 de junho de 1994, é lançado o edital de licitação para a escolha do futuro parceiro da Eletrosul. As propostas foram entregues no dia 20 de outubro e no dia 6 de dezembro é divulgado o nome do grupo vencedor, a Associação de Autoprodutores Independentes, formada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), PPH (Companhia Industrial de Polipropileno), Poliolefinas (ambas pertencentes à Odebrecht Química) e Companhia de Cimento Itambé.

- 1995: o resultado da licitação é homologado em janeiro, formando-se o Consórcio Itá entre Eletrosul (que mais tarde tornou-se Gerasul) e a Itasa. Esta por sua vez formada pelas empresas da Associação de Autoprodutores Independentes. A Itasa fica responsável pelas obras civis e de montagem da usina. Entretanto, o início da obra é novamente atrasado.
- 1996: as máquinas iniciam o lançamento de material rochoso no leito do Rio Uruguai em 1º de março, para a construção de uma ensecadeira⁴
- 1997: a casa de força começa a ser construída em 15 de maio, e um mês e meio depois iniciou-se a montagem dos equipamentos eletromecânicos.
- 1998: a Gerasul, parte da estatal Eletrosul, detentora do parque gerador (hidrelétricas e termelétricas) é privatizada em setembro, sendo o comprador o grupo Tractebel, que adquire a empresa por US\$ 801 milhões com 68,63% da estrutura acionária.
- 1999: em dezembro deste ano, o último túnel de desvio é lacrado para permitir o enchimento do reservatório que em menos prazo do que o esperado ocupa a sua área projetada de 141 km³.
- 2000: a Gerasul adquire, em junho, a parte acionária que a Odebrecht possuía na Itasa e passa a controlar 70% da usina. A primeira das cinco unidades geradoras entra na “geração comercial” em 8 de julho, portanto, inicia-se a geração de energia de fato. A segunda máquina entra em operação em 28 de agosto, em

⁴ De acordo com o Dicionário Priberam e o *site* Infraestrutura Urbana, a ensecadeira é um anteparo provisório estabelecido num curso d'água, utilizada para a contenção temporária da ação das águas em superfícies escavadas, normalmente onde se pretende executar obras sem a interferência da água. São usadas, por exemplo, para viabilizar a construção de barragens. Uma das formas de executá-las é com blocos de rocha, técnica chamada de enrocamento.

Fonte: <<https://www.priberam.pt/dlpo/ensecadeira>> Acesso em 12/01/2018.

<<http://infraestruturaurbana17.pini.com.br/solucoes-tecnicas/11/1-ensecadeiras-estrutura-e-usada-na-criacao-de-areas-245175-1.aspx>> Acesso em 12/01/2018.

menor prazo que o estipulado em contrato, a terceira em agosto e a quarta no mês de dezembro.

- 2001: término dos serviços da construção da Usina Hidrelétrica Itá, com o início da geração de energia pela quinta máquina no mês de março.

Sobre o empreendimento, vale destacar que para a implantação da barragem, o local da construção foi ensecado por uma barragem de montante executada com enrocamento com face de argila e por 5 túneis, chamados túneis de desvio, com 500 metros de comprimento cada, localizados no trecho estreito da Volta do Uvá, e escavados em rocha (o que pode ser observado na Figura 3). O desvio do rio ocorreu em setembro de 1999 através destes túneis, que foram todos lacrados posteriormente para permitir a formação do lago.

Figura 3: UHE Itá em fase de construção



Fonte: Jornal promocional da ELETROSUL, 1997. In: Espíndola (2009, p. 179).

O barramento principal constitui-se de uma barragem de enrocamento com a face jusante em concreto, com 125 metros de altura e 880 metros de comprimento. Foi necessária a construção de 3 diques auxiliares de aterro compactado, com altura variando entre 22 e 29 metros e comprimentos entre 410 e 510 metros.

Além disso, para descarregar o excesso de água em períodos de cheia, foram construídos vertedouros de superfície com 49.940 m³/s de capacidade total. O vertedouro principal é responsável por 60% da descarga de vazão, localizado na ombreira direita, em Itá, enquanto o vertedouro auxiliar está na margem esquerda, em Aratiba.

A usina é capaz de gerar até 1.450 MW. Da casa de força a energia gerada é transmitida para a Subestação de Itá, de onde passa aos centros de demanda através de sistema interligado.

Figura 4: Usina Hidrelétrica Itá em funcionamento



Fonte: Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá.

A pesquisa teve como eixo analítico entender o processo de reestruturação da cidade de Itá. No decorrer deste capítulo, fornecemos os fundamentos contextuais para entender como o desenvolvimento (agro)industrial brasileiro e catarinense, em especial do oeste, em âmbito da modernização do território favoreceram a instalação da indústria. Passaremos agora a analisar com mais cuidado como isso gerou um processo de reestruturação da cidade.

2 REESTRUTURAÇÃO

De acordo com Edward Soja, (1993, p. 194),

A reestruturação não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestações, a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes, e desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança. Como tal, a reestruturação se enquadra entre a reforma parcial e transformação revolucionária, entre a situação de perfeita normalidade e algo completamente diferente.

Por meio deste conceito, é possível entender o gradativo processo de reestruturação pelo qual passou o Brasil, que se refere ao setor produtivo, como também seus reflexos no estado catarinense. As rupturas e continuidades têm sido totais rearranjos, imposições de novas lógicas, tanto às cidades quanto à zona rural. Ademais, vale destacar que este processo de reestruturação produtiva brasileira se insere dentro de uma escala maior, levando-se em conta as mudanças que estavam ocorrendo em vários países do mundo.

Assim, Soja (1993, p. 195) defende que estamos vivendo em um período de crises,

Mais especificamente, elas podem ser vistas como uma cadeia complexa de crises: na divisão internacional do trabalho estabelecida e na distribuição global do poder político e econômico; nas funções expandidas e hoje claramente contraditórias do Estado nacional; nos sistemas previdenciários keynesianos e nos contratos sociais estabilizadores entre governos, empresas e a mão-de-obra organizada; nos padrões de desenvolvimento regional desigual que se haviam tornado tão solidamente estabelecidos dentro dos países no século anterior; nas formas desenvolvidas de exploração das mulheres, das minorias e do meio ambiente natural; na morfologia espacial, na industrialização e no funcionamento financeiro das cidades e das áreas metropolitanas; na concepção e na infra-estrutura do meio ambiente construído e do consumo coletivo; e nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana, desde o processo de trabalho no local de trabalho até a reprodução da vida, mão-de-obra e do poder patriarcal na família e no lar.

O período que compreende o final do século XX e começo do XXI é marcado pela reorganização do capital e do trabalho, “numa tentativa (ainda não completamente bem-sucedida) de restabelecer o aumento dos lucros e reforçar a disciplina do trabalho, em parte através de ataques diretos à organização, aos salários e aos padrões de vida da classe trabalhadora” (Soja, 1993, p. 206). Esta tentativa, gerada pelo capitalismo, está pautada na obtenção de superlucros, instituindo meios de disciplina e controle social e espacial, mesmo que isso gere sempre algum tipo de atrito ou resistência (SOJA, 1993).

Assim, a cidade (aqui emprega-se “a cidade” também em seu sentido plural – cidades de modo geral) torna-se cenário de conflitos de interesses para a obtenção de maiores lucros, em que cada atividade instalada tem por objetivo criar condições ideais, independente da área onde se localizam, para atrair consumidores para adquirir seus produtos (SOJA, 1993; SANTOS, 2008).

Sobre a cidade e o que nela se desenvolve, Carlos (2007, p. 20-1) escreve que:

Nesta perspectiva, a noção de produção supera - sem ignorar - o plano do econômico, colocando a análise num outro patamar (aquele da sociedade), na medida em que a cidade revela o processo de generalização da troca, da constituição e ampliação do mundo da mercadoria, da concretização da ordem distante no lugar, influenciando na realização da vida enquanto prática sócio-espacial. Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

Ainda de acordo com a autora, a produção do espaço se daria interligada entre três planos:

O econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital – convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), o político (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e o social (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana/espaço mundial (Carlos, 2007, p. 21).

Desta forma, o que se observa é que a sociedade inteira tenderia ao urbano, ou seja, a urbanização completa da sociedade (LEFEBVRE, 1999), com produção de novas formas, funções e estruturas no processo contínuo de modernização. Entretanto, há também movimentos de preservação, degradação e transformação, que caracterizam o processo de reprodução da cidade hoje (CARLOS, 2007). Assim, “pensar o urbano nesta perspectiva, significa considerar o fato de que o capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade” (Carlos, 2007, p. 21).

Um das grandes expressões da atualidade, a constante produção capitalista do espaço, se traduz em grandes obras de engenharia. Estas obras de infraestrutura e objetos técnicos que são implantados na cidade deveriam proporcionar o acesso de toda população ao espaço urbano,

com o objetivo de possibilitar condições de igualdade na obtenção de terra, por exemplo. Entretanto, observa-se que a cidade acaba sendo produzida para o negócio, e a questão habitacional, dentre tantos outros aspectos entra neste jogo, virando mercadoria (SANTOS, 2010).

Corroborando com os autores anteriores, Souza e Catalão (2016, p. 203) afirmam que:

Nesse sentido, é possível dizer que, além de a cidade expressar as contradições inerentes à sociedade, ela também determina a intensidade dos problemas que se desdobram a partir destas contradições. Não são incomuns as expressões “caos urbano” ou “crise urbana” em alguns estudos que se dedicam à compreensão de diferentes dimensões da urbanização, desde aquelas relacionadas aos processos de segregação e fragmentação socioespacial, à especulação imobiliária, ao papel do Estado nas políticas de planejamento das cidades etc. até as temáticas referentes aos problemas ambientais urbanos.

Portanto, a materialização da reestruturação é evidenciada pela instalação de empreendimentos de capital que são alheios às comunidades receptoras, além de que:

Esse processo de (re)construção do país, o avanço industrial e o incremento populacional urbano – face paradoxal e de contrastes – a exclusão social caracterizada pelo desemprego, pela pobreza e pela miséria nas cidades não foi considerada a necessidade e importância de preservar/respeitar o ambiente, ou seja, não promoveram a formação da consciência ambiental, muito pelo contrário, elegeram os diversos ecossistemas brasileiros com toda sua diversidade e riqueza, apenas, mas tudo, como grande potencial de matéria-prima a ser processada no Brasil e/ou como recursos minerais e vegetais para a exportação (Silva, 2007, p. 36).

Diante do modelo industrial e das grandes cidades estabelecidas no país, desenvolveu-se a partir da década de 1960, uma matriz energética pautada nos empreendimentos hidrelétricos, para desta forma suprir a demanda crescente de energia e ofertá-la a baixos custos ao setor industrial (SILVA, 2007).

Vale destacar que esses empreendimentos geram grandes volumes de riquezas para os acionistas, possibilitando o aumento da capacidade produtiva do setor industrial, em detrimento de graves impactos ambientais, socioeconômicos e culturais sem precedentes. Ademais, as consequências para as populações que vivem no entorno dos grandes reservatórios das hidrelétricas são severas, bem como para todo o conjunto de fauna e flora (SILVA, 2007).

Carvalho (2006, p. 12), salienta que:

Hidrelétricas são objetos geográficos resultantes da territorialização de políticas setoriais do Estado e de agentes privados nacionais e transnacionais. Compostas por reservatórios hídricos que requerem centenas de km² de área, as grandes hidrelétricas têm sido amplamente criticadas pelos efeitos negativos aos patrimônios sociais, econômicos e territoriais de milhares de pessoas que foram, e são obrigadas a lhes cederem espaço.

Sendo assim, a instalação de grandes objetos técnicos no território, como são as hidrelétricas, têm força suficiente para gerar processos de reestruturação, modificante significativamente a configuração socioespacial sem, contudo, revolucioná-la.

Ainda sobre o conceito de reestruturação, Sposito (2007, p. 248) registra que:

Pode-se utilizar a expressão “reestruturação” para se fazer referência aos períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orienta os processos de reestruturação urbana e das cidades⁵. A adjetivação “urbana” está sendo reservada para se fazer referência às mudanças regionais e/ou âmbito das redes urbanas, enquanto “da cidade” é adotada para se tratar da escala intra-urbana. No primeiro caso, prevalecem processos e dinâmicas de escalas mais abrangentes, no segundo a morfologia urbana é tratada de modo articulado a estes processos, ainda que as formas espaciais das cidades sejam ponto de partida ou de chegada.

Dessa forma, ao focar a escala da cidade, observa-se como as cidades reestruturaram-se em resposta às transformações ocorridas nas escalas regional, nacional e internacional, bem como seus papéis foram sendo redefinidos diante das mudanças (SPOSITO, 2007). Assim, é possível constatar que o processo de globalização em escala mundial chegou à escala nacional, por meio da reestruturação produtiva, que reorganizou o território, demandando por novas fontes de produção de energia, o que afetou a escala regional, até chegar ao nível local, da cidade, que por sua vez reestruturou-se internamente.

Ainda, cabe destacar que os processos de reestruturação da cidade não se referem apenas à estruturação de seus espaços urbanos, mas de que novas funções lhe são atribuídas, quais atividades deixam e quais passam a ser ali desenvolvidas (SPOSITO, 2007).

2.1 A REESTRUTURAÇÃO ATRELADA AO ESTUDO DAS PEQUENAS CIDADES

⁵ Como a reestruturação urbana é um processo que atinge o conjunto das cidades no âmbito da rede urbana e da divisão territorial do trabalho, mesmo que haja uma relação bastante intensa entre reestruturação urbana e da cidade, vamos nos focar, neste trabalho, apenas na reestruturação da cidade, porque estamos tratando apenas de um caso singular, a cidade de Itá, e não do conjunto de mudanças urbanas pelas quais passaram as cidades de sua região, ainda que essas mudanças possam ser pressupostas como desdobramento do processo de modernização do território.

Ao pensar as pequenas cidades, Endlich (2006, p. 33-4) escreve que:

Sinaliza-se para a reestruturação promovida pelo capitalismo, para (...) [o qual] agora interessa a desconcentração espacial das atividades. Este processo tem sido destacado como forma de impulsionar e viabilizar a instalação de atividades industriais e de serviços em pequenas cidades, quiçá trazendo novas possibilidades econômicas, [voltadas à] descentralização e, portanto, relacionadas às áreas designadas como não-metropolitanas.

Seguindo a lógica da obtenção de maiores rendimentos, como também dentro do processo de reestruturação, muitas indústrias acabam se instalando em pequenas cidades, longe de grandes centros urbanos (SOJA, 1993).

A reestruturação, pensada a partir das pequenas cidades, explicita estratégias a nível local de desenvolvimento, por meio de medidas adotadas pelos governos municipais e parcerias entre dois ou mais municípios, que levam em consideração elementos locais e que, muitas vezes, podem contar com a participação da população. Inseridos no sistema capitalista, há constantes cobranças do mercado global sobre o quê e com qual qualidade deve ser feita a produção (ENDLICH, 2006).

Esta readaptação dificilmente seria obtida sem a mobilização de forças locais, além de outros fatores que podem tornar esse tipo de desenvolvimento adequado ao capital. Todavia, ainda que de interesse do capitalismo, o processo poderá não permanecer restrito a este limite. Poderá haver um alcance maior através do envolvimento da sociedade com os rumos do espaço em que vive. Afinal, há um estímulo para o envolvimento político, que poderá trazer novos agentes sociais, bem como a composição de novos cenários (Endlich, 2006, p. 34).

De acordo com Corrêa (1999), ocorre um refuncionalização das pequenas cidades, por meio do desenvolvimento de funções geralmente atreladas à produção no campo. Desta forma, a sobrevivência destes pequenos núcleos urbanos se daria por meio de sua transformação funcional.

Seguindo esta linha de raciocínio, Corrêa (1999, p. 49) escreve que:

A transformação [das pequenas cidades] em local de concentração de força de trabalho engajada no campo é uma possibilidade corrente. Trata-se de força de trabalho que, no processo de industrialização do campo, foi destituída dos meios de produção e expulsa do campo. O hábitat rural, disperso ou concentrado em "colônias" localizadas no interior de grandes propriedades, desaparece, sendo, de certa forma recriado na periferia das pequenas cidades. [Outra] possibilidade diz respeito à transformação do pequeno núcleo a partir de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistentes,

inserindo-o diferentemente na rede urbana, introduzindo nela uma mais complexa divisão territorial do trabalho. As especializações produtivas, por outro lado, conferem aos núcleos urbanos uma singularidade funcional, entendida como características que são simultaneamente de diferenciação no âmbito da economia global e de integração a esta mesma economia. A centralidade, ao que tudo indica, pode ser ampliada.

Assim, a especialização produtiva das pequenas cidades pode estar vinculada às novas demandas de produção em escala regional, atividades estas criadas no âmbito da industrialização do campo, podendo-se dizer que elas constituem parte essencial do Complexo Agroindustrial, devido à presença de atividades ligadas direta ou indiretamente à produção agrícola (CORRÊA, 1999).

A distribuição espacial das atividades ditadas pelo processo de globalização combina “uma lógica própria às corporações, que não exclui a natureza da atividade a ser implantada, e, de outro, as possibilidades de cada lugar, que incluem as suas heranças e a ação empreendedora de grupos locais” (Corrêa, 1999, p. 51). Assim, as pequenas cidades necessitam se adaptar às demandas externamente idealizadas.

As atividades que são desenvolvidas em seu território voltam-se ao grande mercado, que é ampliado com o processo de mundialização da economia. Da mesma forma que este processo as especializa, as torna vulneráveis (ENDLICH, 2006).

2.3 A REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ITÁ

Quando as águas do Rio Uruguai crescerem a velha cidade subirá a colina, e
com ela o seu povo...
... porém sua memória ficará, pois a lembrança é eterna...
Em troca, a esperança de novos dias.
(Prefeitura Municipal de Itá, s/d)

Os processos de mudança e reorganização, advindos da reestruturação produtiva em âmbito nacional, puderam ser muito bem evidenciados na cidade de Itá. Inicialmente, pela instalação da usina hidrelétrica, que trouxe modificações profundas e totalmente aparentes, que é o caso da presença do próprio empreendimento, o alagamento do sítio urbano da antiga cidade, a construção de uma nova sede urbana, como outras alterações não tão visíveis ou mais

subjetivas, no que se refere às relações que os moradores tinham entre si e com a cidade, novas atividades que começaram a ser desenvolvidas em Itá, dentre outros aspectos.

A título de curiosidade, a UHE Itá “não era o primeiro empreendimento do gênero a surgir no local (...). Em 1947, a Companhia de Força e Luz Itaense construiu uma barragem no rio Uvá, um dos afluentes do rio Uruguai” (Eletrosul, 2008, p. 83). Entretanto, esta primeira construção não se compara à magnitude da obra que seria posteriormente implantada.

Observa-se que desde a fase dos estudos sobre a implantação da UHE Itá, a CRAB⁶ (Comissão Regional do Atingidos por Barragens) já estava mobilizada, posicionando-se contra o empreendimento. Ademais, a CRAB contava com o apoio de integrantes das Igrejas Católica e Evangélica, e devido à grande pressão que exercia, fez com que a Eletrosul abrisse espaço para negociações e diálogo, de modo que ela atendesse as demandas propostas pela população sobre as ações de remanejamento e/ou compensação financeira aos atingidos (PLANO DIRETOR UHE ITÁ, 2001).

Ainda de acordo com o Plano Direto da UHE Itá (2001, p. 15),

A formação do lago alaga terras produtivas onde muitas propriedades atingidas não terão condições de manter o tipo de exploração agropecuária predominante na região. Com elas, 1.900 postos de trabalho no setor agropecuário que, somados aos demais postos referentes às atividades comerciais, industriais e de serviços, totalizam aproximadamente 2.400 postos de trabalho renunciados. Estas alterações, aliadas à redução de volume das atividades geradoras de tributos poderão ser compensadas pelo pagamento, por parte do Consórcio, da Compensação Financeira pela energia gerada, bem como pelas novas atividades incrementadas pelo turismo.

Em contraponto às palavras do Plano Diretor, trazemos as ideias de Milton Santos (1996, p. 173), que escreve que:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Convém salientar que a economia de Itá sempre foi baseada na agropecuária, sendo esta a principal fonte de renda. A base desta produção estava assentada na pequena propriedade, com produção principal de milho, feijão e soja. Já na pecuária, a produção concentrava-se na

⁶ A CRAB mais tarde veio a se tornar o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.

suinocultura e avicultura, baseados no sistema de parceria com as agroindústrias da região, inseridas dentro do Complexo Agroindustrial da carne (PEIXER, 1993).

Quando se iniciaram as obras de construção da usina, houve um grande aumento na quantidade de pessoas morando em Itá, devido à vinda de operários⁷. Com o aumento populacional, também houve incremento na demanda por serviços de saúde, bens de consumo, o que acarretou em problemas na distribuição de gêneros alimentícios, dentre outros. Entretanto, o acréscimo na população aumentou o fluxo de capital circulando e também a oferta de empregos (PEIXER, 1993).

Este aumento populacional provoca um reordenamento das atividades no cotidiano da sede do município. A percepção e o relacionamento com este "outro" ocorre tanto nas modificações a nível econômico (desde o aumento na circulação de dinheiro, até alta generalizada dos gêneros alimentícios) como na percepção das mudanças a nível cultural e social, de dividir o "seu" espaço social com o "outro" (Peixer, 1993, p. 15).

O processo de instalação da UHE Itá, portanto, não foi simples nem isento de conflitos. A magnitude do empreendimento e a necessidade de realocação da cidade levou à completa reestruturação desta, que vamos tratar a partir de três principais aspectos: a realocação, a manutenção das lógicas e o desenvolvimento do turismo. Consideramos, assim, ter havido um processo de reestruturação, dada a magnitude das transformações na cidade, mas a manutenção de certas características que indicam alguma continuidade com a geo-história responsável pela formação da cidade anterior e que tem a ver com a própria formação socioespacial do oeste catarinense.

2.4 A RELOCAÇÃO DA CIDADE DE ITÁ

O primeiro e mais importante aspecto da reestruturação de Itá tem a ver com seu deslocamento do antigo sítio urbano ao novo, o que não significou que a cidade tenha sido toda ela retirada construção por construção e transporta a outro lugar, conforme veremos.

⁷ De acordo com dados do Censo IBGE, em 1991 Itá possuía 6.576 habitantes, e segundo estimativa da Eletrosul, no pico da obra, Itá e região deverão ter um acréscimo populacional de 15 a 20 mil pessoas, entre operários, funcionários da Eletrosul, os familiares e outros não diretamente vinculados à construção de barragem (Peixer, 1993, p. 14-5).

De acordo com informações do CDA da UHE Itá⁸, o terreno escolhido para a nova cidade (Figura 13) estava localizado a aproximadamente 5 km da velha Itá (Figura 14), mas ainda no centro do território municipal, preservando, na medida do possível, as relações de vizinhança anteriores. O plano urbano procurou respeitar os hábitos locais, sem deixar de trazer para a nova cidade valores urbanísticos mais contemporâneos.

Figura 5: Novo sítio urbano de Itá



Fonte: ELETROSUL (2008, p. 82).

Figura 6: A “velha Itá”



⁸ Informações também retiradas de painéis presentes da sede do CDA da UHE Itá.

Fonte: Centro de Divulgação Ambiental da Usina Hidrelétrica Itá.

Assim, foram realizadas pesquisas de campo, que resultaram em um documento chamado “Diretrizes para a realocação de Itá”, por meio do qual recomendou-se à Eletrosul que:

- A realocação ocorresse antecipadamente à construção da usina;
- Fossem propiciadas condições para sobrevivência da cidade, antes, durante e após o período de construção da usina;
- Fossem preservados os usos e costumes, bem como as atividades produtivas da população, ou seja, que não bastaria oferecer uma cidade bem equipada, mas que a população mantivesse suas condições de sobrevivência;
- Face às perdas irrecuperáveis deveriam ser oferecidas à população, compensações em termos de melhora da qualidade de vida, por exemplo: melhoria na infraestrutura urbana e acréscimo de área nas edificações comunitária e em menor percentual nas edificações particulares, beneficiando não só os proprietários, mas também, inquilinos e “ocupantes”;
- Fosse preservada a memória da cidade;
- A Eletrosul assumisse a responsabilidade executiva e financeira da mudança;
- Fosse assumido pela Eletrosul o projeto e a construção das moradias dos interessados, tendo em vista as dificuldades da maioria da população em gerir suas próprias mudanças;
- Fossem regularizados os direitos da população e definidas as obrigações da Eletrosul, através de instrumento legal que ordenasse os procedimentos necessários à mudança.

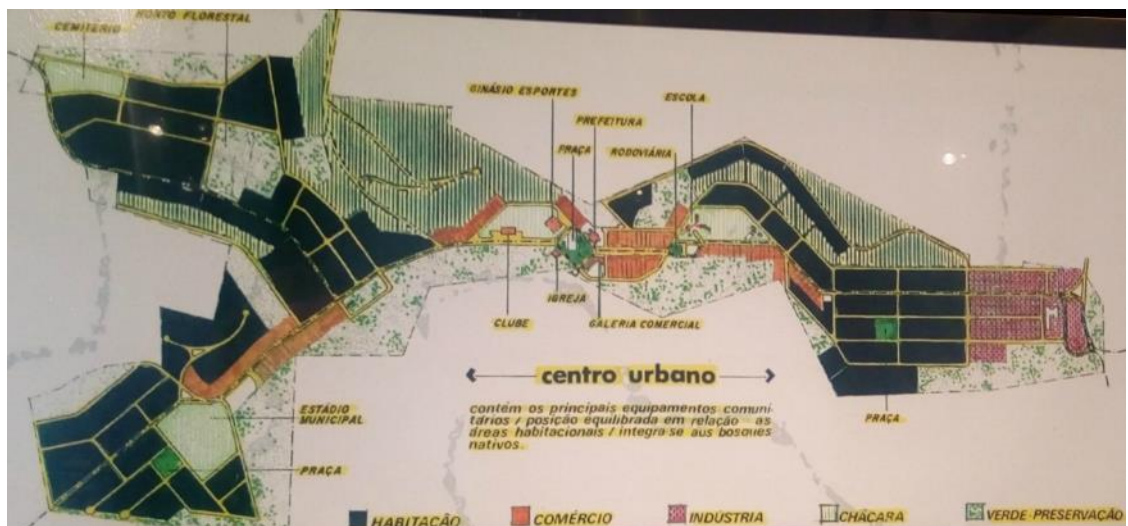
Em paralelo à elaboração do plano urbano da nova cidade, foi elaborado um plano de mudança, instrumento legal que consolidou as negociações entre população atingida e empresa, definindo vários aspectos do processo de realocação, entre eles:

- Quais as pessoas com direito à realocação, em função de uma “data-base” definida como prazo limite para estabelecer residência na cidade. A partir daquela data os novos moradores não seriam contemplados com a realocação;

- Incentivos materiais à realocação (acréscimo de áreas nas edificações), como compensação às perdas irreparáveis (por exemplo: trabalho acumulado, referências espaciais repletas de reminiscências pessoais e coletivas);
- Classificação e avaliação dos imóveis da cidade velha em quatro padrões básicos, para orientar a construção das novas edificações;
- Formas de negociação com os atingidos que previam 3 alternativas: indenização, autorrealocação e permuta das propriedades da cidade velha por outras na cidade nova (edificações construídas pela Eletrosul);
- Critérios para escolha dos terrenos na cidade nova.

No plano urbano (Figura 5), o comércio, a pequena indústria e os serviços puderam continuar convivendo com as moradias numa mesma construção, mas, em contrapartida, os espaços públicos e de encontro foram revalorizados e foram supridas as deficiências anteriores em termos de equipamentos comunitários e de infraestrutura. Neste sentido, a nova cidade ganhou praças, galeria comercial e terminal rodoviário, antes inexistentes, ruas asfaltadas, calçadas fartas e sombreadas na Avenida Central e rede de esgoto completa.

Figura 7: O plano urbano da nova Itá



Fonte: Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá.

O marco inaugural ou “marco-zero” da realocação está localizado na Praça Central da nova sede municipal, a pedra, Itá em Guarani (idioma dos primeiros habitantes da região), que

contêm internamente um pergaminho com o nome de todos os moradores da cidade em 1983 e é sustentada por duas toras de canela sassafrás, árvore nativa da região.

Não obstante, houve alteração nas relações de vizinhança entre os moradores,

Pois se o plano de mudança para a escolha dos terrenos foi baseado em um ponto central da cidade, fazendo um caracol do centro para a parte periférica desta. Assim, por exemplo, um morador escolhia seu terreno e quando chegava na hora de seu vizinho escolher, muitos terrenos já tinham sido escolhidos ou preferiam outras partes da cidade. Sendo perdido o vínculo dos vizinhos de antes (Quadros, 2016, p. 57).

Ao total, foram relocadas cerca de 190 edificações, sendo 10 públicas, 11 de interesse público, 25 comerciais e/ou industriais e aproximadamente 150 residenciais, além de outras 114 casas para famílias de baixa renda, que não existiam na cidade velha, totalizando mais de 41.000 m² de áreas construída. Além da relocação para a nova cidade, muitas famílias acabaram indo morar em outros municípios (Figura 6), tanto dentro do estado de Santa Catarina como também no estado do Paraná e no Rio Grande do Sul.

Figura 8: Reassentamentos rurais de famílias oriundas de Itá



Fonte: Itá, memória de uma usina (2000, p. 81).

Paralelamente às edificações relocadas, Itá foi adquirindo várias outras, construídas de forma independente por novos moradores e empreendimentos privados, consolidando e expandindo a nova cidade, oficialmente inaugurada em dezembro de 1996.

De acordo com Espíndola (2009, p. 175), “a cidade de Itá foi totalmente relocada, em 1997, no final de um processo muito elogiado na época. Primeiramente houve uma longa transição, antes do enchimento da barragem, na qual coexistiam as duas Itás”. A coexistência das duas cidades (Figura 7) é explicada por Espíndola (2009, p. 175-6, apud Espíndola, 1998, p. 41) como:

Uma complexidade de situações, uma multiplicidade de espaços reificados. Num primeiro momento, para os moradores, havia a cidade de Itá —ontológica, um local com um espaço existente na sua concretude e ainda pleno em suas relações de sociabilidade. Depois, com a notícia da implantação da Usina, criam-se várias expectativas e aflições para os moradores; o espaço da cidade velha passa a ser dividido com trabalhadores que estavam no local devido às obras (operários técnicos, etc.) e, na convivência com o outro, alteraram-se as redes de sociabilidade. Em outro momento, passam a ser dois locais e dois espaços, a cidade velha e a cidade nova, simultaneamente em funcionamento: a nova, preferencialmente um local residencial, com algumas famílias —pioneiras - como chamavam os próprios itaienses - e a velha, um local residencial, comercial, enfim, onde ainda girava toda sociabilidade dos moradores.

Figura 9: Notícias sobre o processo de mudança da cidade



Fonte: Centro de Divulgação Ambiental (CDA) da Usina Hidrelétrica Itá.

2.5 MANUTENÇÃO DE ANTIGAS LÓGICAS

Se bem a realocação da cidade possibilitou transformações importantes na configuração socioespacial de Itá, isso não significou a ruptura completa das lógicas nas quais se assentava a cidade antiga. Essas lógicas se coadunaram com as novas como segundo aspecto no processo de reestruturação da cidade.

Espíndola (2009, p. 172) escreve que:

Desde o princípio, a construção da barragem da UHE de Itá trouxe à tona problemas que [...] ficavam no subsolo das lutas sociais reprimidas e "esquecidas" pelo aparelho de repressão e informação do regime ditatorial civil-militar dos anos de 1964-1985. O saldo final de todo o processo manteve uma série de problemas pendentes. A desestruturação de comunidades e das municipalidades no entorno do lago da barragem foi o maior deles. Cerca de 12.700 pessoas (3.585 famílias) foram diretamente atingidas por este alagamento sistemático, envolvendo 3.219 propriedades, em 36 núcleos rurais. Itá tornou-se o primeiro município brasileiro cuja sede municipal foi totalmente coberta pelas águas de uma barragem.

Se bem a realocação da cidade possibilitou transformações importantes na configuração socioespacial de Itá, isso não significou a ruptura completa das lógicas nas quais se assentava a cidade antiga. Essas lógicas se coadunaram com as novas como segundo aspecto no processo de reestruturação da cidade.

Durante o processo de relocação, foi dada ênfase primeiramente aos lotes destinados a órgãos públicos, depois aos comerciais e por último aos residenciais. Assim, não foi possível recriar a antiga estrutura de proximidade das residências e lotes no novo centro. Muitos moradores sentiram-se desfavorecidos quanto à escolha dos lotes, porque, de acordo com sua visão, acabaram ficando à margem nesta nova disposição espacial da cidade (PEIXER, 1993).

Desta forma, os primeiros moradores a escolherem seus lotes de terra na nova Itá eram aqueles que moravam na parte central da velha Itá, mantendo de certa forma seus privilégios, pois ao serem os primeiros a escolherem seus lotes, fixavam-se próximos ao novo centro urbano. Da maneira igual, os moradores da parte mais periférica do antigo sítio urbano escolheram seus terrenos por último, e acabaram ficando com os lotes remanescentes, que conseqüentemente também se localizavam às margens no projeto da nova Itá. Esta população, que já era desfavorecida, manteve sua situação.

Conforme Peixer (1993, p. 55), dentro do projeto de relocação,

Duas vilas não foram contempladas com permuta da casa, mas sim com a indenização. No primeiro caso, trata-se dos moradores da "Vila Januário", ocupantes de casebres, localizados na rua que dá acesso à balsa no Rio Uruguai. São casas ocupadas por trabalhadores temporários, de extrema pobreza. Conhecida como a "favelinha" de Itá, no início de 1993, não havia mais de dez casas nesta vila. O segundo caso é a Vila Jandira, que fica nas proximidades do centro de Itá. Residem nela 23 famílias, que trabalham na Prefeitura, na serrallharia e nas marcenarias e também em firmas que prestam serviços à Eletrosul, estando, portanto, com sua subsistência ligada à cidade. Há alguns casos em que alguns membros das famílias trabalham como peões para os agricultores, em determinadas épocas do ano.

Na negociação feita com a periferia da velha Itá, é revelada uma certa discriminação social com a população mais desfavorecida, como se estes não fossem cidadãos plenos com direito a viver na sede do município (PEIXER, 1993).

Esta visão, de certa forma preconceituosa, se reflete no processo de negociação. Inicialmente a vila Jandira não possuía representante na Comissão Pró-Relocação e seu problema foi sendo postergado. O primeiro ponto de apoio que estes moradores conseguiram para sua luta foi (...) junto à CRAB. Este plano de mudança, foi sendo construído aos poucos e, à medida que situações não previstas ocorriam, eram tomadas medidas para adequá-las (Peixer, 1993, p. 57.)

O modelo da nova cidade foi pensado prevendo um futuro crescimento (o que pode ser observado hoje, com a criação de novos loteamentos⁹), pois viu-se a oportunidade de construir uma cidade turística, em função da arquitetura e do lago da usina hidrelétrica (HALL, 2004).

O novo formato espacial alongado em contraste com a “velha Itá” provocou total rearticulação das redes de vizinhança e fluxos de informação na localidade. O traçado urbano implantado em forma de espigão cuja extensão possui aproximadamente 8.000 metros, alterou profundamente as relações sociais e a forma interativa existente na velha cidade que em função da alteração, configuração espacial e da forma de deslocamento das pessoas antes realizado “a pé”, sendo agora por veículos automotores, tornou-se mais “fria” com grande redução de interações sociais (Hall, 2004, p. 62).

Para além do projeto inicial do plano urbano da cidade de Itá, novos bairros, a exemplo do Bairro Palmeira (Figura 15) foram surgindo. Pôde-se observar em trabalho que alguns desses novos bairros localizam-se na periferia, longe do centro da cidade, em terrenos bastante íngremes, inseridos em total lógica segregadora. Os terrenos são pequenos, as casas bem humildes, há pouco espaço para calçadas (em alguns lugares não há) de não haver tanta infraestrutura de lazer (praças, locais para caminhada, locais para realização das mais diversas atividades físicas) se comparado ao que é ofertado à população que reside nos bairros próximos ao centro.

⁹ Informações da administração municipal de Itá-SC coletadas em trabalho de campo.

Figura 10: Bairro Palmeira, Itá



Fonte: Google Maps

2.6 A ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DO TURISMO

O terceiro aspecto da reestruturação da cidade diz respeito ao novo papel turístico, desenvolvido graças à potencialidade do lago da usina e à exploração dos terrenos que não haviam sido ocupados na primeira década depois da instalação da cidade.

A atividade turística estava claramente expressa como uma das estratégias abarcadas pelo Plano Diretor da Usina. Após normatizados os projetos ambientais, começou-se a explorar significativamente este setor (ITÁ, 2000).

O discurso oficial, incorporado dentro do Plano Diretor da Usina, pretende transmitir a imagem da modernidade que a nova sede municipal de Itá passa a representar, sendo que:

Um passo importante para se colocar em prática o projeto dos Roteiros Turísticos Integrados foi a realização de um pacto entre os 11 municípios para a criação de planos diretos municipais compatíveis com o Plano Diretor proposto pelo consórcio Itá. A cidade de Itá é que passa pelas maiores mudanças desde o início do projeto da usina. Antes da realocação, sua economia dependia apenas da agricultura e da pecuária. Não havia asfalto para chegar à cidade velha. Com as mudanças, a cidade nova tornou-se bonita, atrativa, segura e famosa. A qualidade de vida melhorou sensivelmente, e as expectativas são as melhores possíveis com os novos investimentos turísticos. Um deles é o Parque Termas de Itá (Itá, 2000, p. 160).

Para Sánchez (2001), esta iniciativa é uma nova estratégia para a reprodução do capitalismo, que constrói a “cidade-mercadoria”, que com o apoio do poder político local, insere-se no processo de reestruturação, ou seja, reestrutura a cidade na qual o projeto é posto em prática.

Como mercadoria especial, envolve estratégias especiais de promoção: são produzidas representações que obedecem a uma determinada visão de mundo, são construídas imagens-síntese sobre a cidade e são criados discursos referentes à cidade, encontrando na mídia e nas políticas de *city marketing* importantes instrumentos de difusão e afirmação. As representações do espaço e, baseadas nelas, as imagens síntese e os discursos sobre as cidades, fazem parte, pela mediação do político, dos processos de intervenção espacial para renovação urbana (Sánchez, 2001, p. 33).

Uma das primeiras iniciativas para a estruturação do setor turístico na cidade diz respeito à demanda em termos de águas termais (PLANO DIRETOR UHE ITÁ, 2001), com a implantação de balneários termais, sendo que um dos maiores expoentes presentes na cidade hoje atuando neste ramo é o Itá Thermas Resort e Spa (Figura 8).

Figura 11: Itá Thermas Resort e Spa



Fonte: <<https://www.itathermas.com.br/>> Acesso em 14 de novembro de 2017.

Ainda, de acordo com informações presentes no Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu entorno, por meio do Programa Usos Múltiplos do Reservatório, de maio de 2001, foram implantados vários projetos, tanto em Itá como nos outros municípios atingidos pela constituição do lago da usina, que propiciaram a criação de pontos de atração turística regional, tais como:

- Casas da Cultura e Casas de Memória em vários municípios (contendo acervo histórico importante constituído por documentos, fotos e objetos recolhidos a partir de pesquisa realizada junto às populações) e outros espaços culturais, ocupando edificações de valor histórico, relocadas e recicladas para novas funções, onde são realizados eventos visando à preservação da cultura local (música, dança, artesanato, culinária etc.).
- Todo o Patrimônio Histórico-Cultural, existente nos diversos municípios limítrofes ao reservatório, e alguns municípios vizinhos (como o Museu Fritz Plaumann e a Casa de Cultura de Seara) juntamente com o CDA (Centro de Divulgação Ambiental da UHE Itá) localizado na cidade de Itá, constituem também importantes pontos de atração turística na região.
- Também em termos de Patrimônio Urbanístico e Arquitetônico, são atrações regionais recentes a nova cidade de Itá e os 36 núcleos rurais relocados a partir de projetos que, ao mesmo tempo em que utilizaram procedimentos tecnológicos mais modernos,

respeitaram a tradição e a cultura das populações usuárias, em termos de linguagens e organização espacial.

- Atrações diversas tais como: áreas de valor paisagístico e ecológico nas margens do lago e na Faixa Ciliar; exemplares de arquitetura popular de valor cultural, ainda existentes nas localidades de Uruguai e Volta Grande, os complexos de lazer e esportes náuticos e os atracadouros, trapiches etc. implantados por algumas prefeituras, bem como empreendimentos particulares em andamento na região, como hotéis e resorts (Figura 9), criação de novos loteamentos com vista para o lago (Figura 10), são elementos que certamente impulsionarão o turismo e investimentos nesta região.

Figura 12: Projeto do Resort Termas Marina Itá, que está em construção



Fonte: <<http://www.itatorres.com.br/detalhes-imovel/3-empreendimento---apartamentos-lancamentos-centro-ita-sc.html#all>> Acesso em 12/01/2018.

Figura 13: Novo loteamento com vista para o lago da UHE Itá



Fonte: <<http://www.farolimoveis.com/imovel/248556/terreno-venda-ita-sc-lago-azul>> Acesso em 12/01/2018.

- Finalmente a grande atração turística decorrente do empreendimento da UHE Itá é a própria Usina e seu reservatório, que já vem trazendo para a região inúmeros visitantes e que juntamente com as instalações desativadas de uma pequena usina hidrelétrica, existente no município de Itá e uma Roda d'água também geradora de energia (tradicionalmente utilizada pelos colonos da região) poderá alimentar interessante projeto educacional relativo à produção de energia elétrica. Não menos importante, têm-se ainda as torres da antiga Igreja Matriz São Pedro (Figura 11), única estrutura que restou da antiga Itá e que não foi submersa, consideradas cartão postal da cidade, atraindo uma grande quantidade de turistas.

Figura 14: Torres da Igreja Matriz São Pedro



Fonte: João Henrique Zöhler Lemos (2017)

Nota-se que, com a construção da UHE Itá e constituição de seu reservatório, houve profundas mudanças na estrutura física, social e cultural do próprio município de seu entorno (AMARAL, 2010), que nos possibilitam afirmar que houve reestruturação da cidade.

As profundas transformações ao implantar empreendimentos do porte da usina hidrelétrica implicam em destituir características socioespaciais locais, no caso de Itá a população deixa de ser habitante do lugar e passa a condição de indenizados e/ou alocados, mesmo habitando na nova cidade Itá (Amaral, 2010, p. 69).

Algumas das características socioeconômicas de Itá foram mantidas (atividades agropecuárias no meio rural que está às margens do lago da usina) e novas funções foram criadas. Apesar de todos os impactos causados pela realocação, mudanças no modo de vida, a construção da usina significou para Itá a sua inclusão no novo cenário econômico brasileiro (HALL, 2004; AMARAL, 2010).

Sob esse olhar, isso representou a criação de alternativas para o desenvolvimento local com a diversificação das fontes de renda numa região predominantemente agrícola. O turismo é uma destas atividades, com considerável potencial em Itá, após a construção da UHE, o município passou a investir no seu desenvolvimento com projetos de ampliação do setor (Amaral, 2010, p. 69).

Conforme informações prestadas pela administração municipal de Itá, constata-se que hoje, devido a esta vocação turística que Itá assumiu, bem como por ser uma cidade totalmente planejada (e por ser uma das 50 melhores cidades para se viver no Brasil, de acordo com a revista IstoÉ¹⁰), abriu-se espaço para a especulação imobiliária na cidade, com o aumento considerável do preço dos imóveis e lotes de terra¹¹.

Ainda de acordo com dados disponibilizados pela administração municipal, a economia de Itá hoje gira em torno da Usina Hidrelétrica, tanto pelo pagamento de royalties pela geração de energia, bem como pelo setor de turismo que foi estruturado após a instalação da usina.

Desta forma, o turismo que passou a ser explorado na cidade mostra-se como a face mais visível do processo de reestruturação da cidade, pois Itá passou a desempenhar atividades que, na fase anterior à construção da UHE, não eram pensadas. A exploração deste setor atinge os diversos níveis, que se vale desde o patrimônio histórico-cultural da cidade e de seus moradores até de novos elementos construídos, como é o caso de hotéis/resorts à beira do lago da usina.

¹⁰ Informação retirada do site da prefeitura municipal de Itá. Disponível em: <<http://www.ita.sc.gov.br/>> Acesso em 17 de dezembro de 2017.

¹¹ Conforme pesquisas realizadas em sites de imobiliárias da cidade, um terreno de esquina, com vista para o lago da usina, com 560 m², custa em média R\$ 90.000,00. (Farol Imóveis. Fonte: <<http://www.farolimoveis.com/>> Acesso em 19/12/2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de reestruturação, observados como movimentos de “evolução”, apontam para a uma inevitável “marcha que vai ao progresso”. Este entendimento por vezes esconde ou tenta disfarçar os conflitos entre o velho e o novo, entre as estruturas já consolidadas e as que estão projetadas (SOJA, 1993).

A forma específica de inserção dos países em desenvolvimento, sobretudo, do Brasil, no regime da mundialização se faz através do atendimento à demanda crescente das economias centrais pela exploração das fontes de recursos naturais e/ou exportação de produtos intermediários de baixo valor agregado, mas de alto consumo energético. Essa dinâmica manifestada pelo perfil de desenvolvimento brasileiro supõe a acentuação das desigualdades relativas à distribuição das vantagens econômicas, impactos e riscos ambientais decorrentes dessa modalidade de organização do capital (Zhouiri e Oliveira, 2007, p. 131).

À luz disso, o desencadeamento da reestruturação produtiva ocorrida no Brasil trouxe inúmeras consequências para Santa Catarina, bem como para a região oeste e mais especificamente para Itá, por meio da reestruturação da cidade.

Assim, várias mudanças ocorreram tanto em Itá como também nos outros municípios do entorno do local onde a hidrelétrica foi instalada, algumas mais brandas, outras mais intensas de caráter transformador. Houve interferências no território envolvendo os ecossistemas terrestres, aquáticos, na economia da região, alagamento de terras, mudanças significativas na vida das pessoas que habitavam estas localidades, além de acontecer uma verdadeira redefinição do modo como estava organizada a estrutura urbana, aspecto importante do processo de reestruturação (SANTOS, 2010).

A construção de uma barragem representa uma ruptura no cotidiano das populações que ficam dentro de seu quadro de abrangência. (...) Os efeitos destas obras (...) não são percebidos e sentidos da mesma forma pela população como um todo, aspecto comprovado em Itá. Alguns têm mais possibilidades de lucrar com a mesma, como é o caso dos comerciantes e profissionais liberais, devido, em grande parte, ao aumento da demanda por bens comercializáveis e à demanda por prestação de serviço. Há todo um aumento do fluxo de capital na localidade, distribuído de forma desigual entre a população (Peixer, 1993, p. 125)

O empreendimento, imagem do progresso, do futuro de Itá, trouxe também grandes desigualdades à tona. A igualdade de oportunidades não foi oferecida a toda população. Antigas lógicas e privilégios se mantiveram. Novas discrepâncias surgiram e outras se acentuaram.

Por último, destaca-se o turismo, aspecto mais evidente da reestruturação da cidade, que se apresenta como uma forte alternativa para o incremento da economia local. Assim, a Itá de hoje, reestruturada, contém os sonhos, projetos, utopias e visões de mundo de uma nova cidade, além da memória do que já foi um dia (PEIXER, 1993).

Cabe ressaltar que devido à falta de bibliografia acerca da reestruturação de pequenas cidades, algumas questões acabaram não sendo totalmente contempladas ou ficaram em aberto. Ainda, os trabalhos encontrados sobre a cidade de Itá não contemplavam o conceito de reestruturação. Há muito que avançar nos estudos sobre reestruturação e como este conceito pode ser usado para entender e explicar processos que ocorrem em pequenas cidades a partir de uma visão mais explicitamente espacial (SOJA, 1993).

Desta forma, destaca-se que é importante ampliar as pesquisas sobre reestruturação em cidades pequenas, para enriquecer a bibliografia em relação ao tema. Para dar continuidade aos estudos com enfoque nesta área, seria interessante ampliar o campo empírico para outras regiões e cidades, como, por exemplo, as cidades portuárias.

AMARAL, Lourdes Pereira do. **O turismo com alternativa para o desenvolvimento socioambiental**: o caso da usina hidrelétrica Itá / SC-RS. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.

BELIK, Walter. Estado, grupos de Interesse e formulação de políticas no setor agropecuário brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 36, p 9 - 33, 1998.

BORENSTEIN, Carlos Raul. **A dinâmica do sistema de poder nas organizações do setor elétrico brasileiro**: o caso da Eletrosul. 1996. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

CABALLERO, Álvaro José Agramonte. **Adaptação organizacional estratégica e evolução financeira no setor elétrico**: o caso das Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC. 2002. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

CARVALHO, Orlando Albani de. **Água sobre a terra**: Lugar e territorialidade na implantação de grandes hidrelétricas. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CASTILHO, Denis. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 30, n. 2, p.125-140, 22 fev. 2010. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v30i2.13285>.

CORRÊA, Roberto Lobato. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. IV, p.43-53, jan./jun. 1999.

ELETROSUL. **Eletrosul 40 anos**. Ligia Maria Martins Cabral. – Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2008. 192p.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. 1. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2006. v. 1. 357p.

ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio. **As Transterritorializações na Bacia do Rio Uruguai e o Alagamento Sistemático de Coletividades**. 2009. 305 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FAJARDO, Sergio. Complexo Agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 27, p.31-44, set. 2008

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 164 p.

FRITZEN, M. **Gênese e organização do macrossistema elétrico: entre a divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento produtivo no Oeste de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Geografia – Licenciatura. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. Formação econômica de Santa Catarina: uma tentativa de síntese. In: MATTEI, Lauro; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense: cenários e perspectivas no início do século XXI**. Chapecó: Argos, 2010. p. 29-62.

HALL, Karla Fabiana. **Estudo das Potencialidades Turísticas do Município de Ita, após a construção da Usina Hidroelétrica**. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria, UNIVALI, 2004.

ITÁ, Consórcio. **Itá: Memória de uma usina**. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2000.

KÖLLN, A. D. ; SILVA, M. Grupos de Poder e a Implantação da Usina Hidrelétrica de Itá-SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **XVI Encontro nacional de Geógrafos: Crise, Práxis e Autonomia: Espaços de resistência e de Esperanças**. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

MAY, Paulo Roberto. **A implantação de modelos de gestão em uma empresa pública: o modelo de gestão participativa e o modelo de controle da qualidade total na Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC**. 1999. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 76 p.

PALMA, Niara Clara; DAL'LAGO Hendges, Graziela. Projeto urbano e novas territorialidades: o caso de Itá, Santa Catarina, Brasil. **Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo**. "V Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junho 2013". Barcelona: DUOT, 2013, p. 823-840.

PEIXER, Zilma Isabel. **Utopias de progresso: ações e dilemas na localidade de Itá frente a uma hidroelétrica**. 1993. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

PLANO DIRETOR UHE ITÁ. **Usos múltiplos do reservatório**. Itá, maio/2001.

QUADROS, Daiane de Almeida. **A percepção das transformações na cidade de Itá-SC: antes e depois da instalação da UHE**. 2016. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2016.

SANCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. 2001, n.16, p.31-49.

SANTOS, Jânio. A reestruturação da cidade de Salvador: Conflitos e interesses na lógica da centralidade urbana. **Geo Textos**, Bahia, v. 6, n. 1, p.13-33, jul. 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176 p.

SCHAPPO, Mateus. **A reforma do crescimento no setor energético através da concessão de serviços e parcerias público-privadas**. 2008, 142 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SILVA, Edima Aranha. Transformações sócio-espaciais e a problemática ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, p.34-40, 2007.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação da teoria social crítica**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Fabíola Bernardes de. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios: O caso de Itá (SC)**. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Reginaldo José de; CATALÃO, Igor. Da Cidade-Cyborg” à “Atmosfera-Cyborg”: contribuições à análise do espaço e do clima urbanos. **Sociedade & Natureza**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.199-213, ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 632 p.

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, p.21-42, set. 2005.

TEODORO, Dilma Maria. **A reestruturação do setor elétrico brasileiro e os reflexos em uma empresa estatal: um estudo de caso na Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC**.

2006. 213 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p.119-135, jul-dez. 2007.

Sites:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITÁ, disponível em: <<http://www.ita.sc.gov.br/>> Acesso em 19 de novembro de 2017.

TRACTEBEL ENERGIA, disponível em: <<http://www.engieenergia.com.br/wps/portal/internet>> Acesso em 17 de novembro de 2017.

ELETROSUL, disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br/>> Acesso em 19 de novembro de 2017.

IBGE, disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ita/panorama>> Acesso em 20 de novembro de 2017.

GOOGLE MAPS, disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-27.2661197,-52.3470606,3a,75y,222.37h,78.26t/data=!3m6!1e1!3m4!1sQ2i2wsbQQoEI9xDPe65baA!2e0!7i13312!8i6656>> Acesso em 25 de janeiro de 2018.